

Director do Parque Natural da Ria Formosa e da Reserva Natural do Sapal de Castro Marim e Vila Real de Santo António, engenheiro Paulo Renato Faleiro Silva;

Presidente da comissão directiva do Parque Natural da Serra da Estrela, engenheiro Fernando Manuel Gomes de Matos;

Director do Parque Natural da Serra de São Mamede, mestre Maria Filomena Monteiro Morgado;

Director do Parque Natural das Serras de Aires e Candeeiros, arquitecta Maria João Marques Pacheco Botelho;

Presidente da comissão directiva do Parque Natural de Sintra-Cascais, Dr. Carlos Alberto Marcelino de Albuquerque;

Presidente da comissão directiva do Parque Natural de Sudeste Alentejano e Costa Vicentina, Dr. João António Serranito Nunes;

Presidente da comissão directiva do Parque Natural de Vale do Guadiana, engenheira Ana Gambôa Zuquete;

Presidente da comissão directiva da Reserva Natural das Berlengas, Dr. António Manuel de Almeida Perquilhas Teixeira;

Director da Reserva Natural do Estuário do Tejo, arquitecto José Manuel Carvalho de Vasconcelos;

Presidente da comissão directiva da Reserva Natural de Paul de Arzila e da Paisagem Protegida da Serra do Açor, Dr. Manuel Ferreira dos Santos;

Presidente da comissão directiva da Reserva Natural do Paul de Boquilobo, arquitecta Maria João Marques Pacheco Botelho;

Presidente da comissão instaladora da Área de Paisagem Protegida da Arriba Fóssil da Costa da Caparica, engenheiro Ricardo Jorge da Silva Oliveira Guerreiro;

Director da Área Protegida do Litoral de Esposende, Dr. Duarte José Faria Vilar de Figueiredo;

Presidente da comissão directiva do Parque Natural do Tejo Internacional, engenheira Teresa Sofia Nunes dos Santos Castel-Branco da Silveira;

Presidente da comissão directiva da Reserva Natural da Serra da Malcata, Dr. Pedro Bernardo Marques Silva Rodrigues Sarmento;

Presidente da comissão directiva da Reserva Natural das Lagoas de Santo André e da Sancha, arquitecta Ana Maria Ribeiro Alves Rodrigues Vidal;

Presidente da comissão directiva da reserva natural das Dunas de São Jacinto, mestre Carlos Emanuel Domingos do Rosário Ângelo;

as competências para:

1:

- a) Proceder ao pagamento das despesas e arrecadação de receitas desde que devidamente autorizadas nos termos legais;
- b) Visar os boletins de itinerários dos funcionários de si dependentes;
- c) Autorizar requisições de combustível e gerir as viaturas afectas às suas áreas ou unidades orgânicas;
- d) Gerir os equipamentos afectos às respectivas unidades orgânicas;
- e) Autorizar dispensas em casos que se justifiquem, desde que enquadradas na legislação em vigor;
- f) Visar as folhas de presença e autorizar faltas até ao limite previsto na lei;
- g) Assinar correspondência específica e de rotina dos seus sectores, excepto a que se destinar a altos funcionários do Estado, conselhos de administração de empresas públicas e de capital público, órgãos de comunicação social, gabinetes governamentais e a presidentes de câmaras municipais desde que envolvam posições institucionais do ICN.

2 — Os subdelegados não podem delegar a competência que lhes foi subdelegada ao abrigo da alínea *a*) do número anterior.

3 — O presente despacho produz efeitos a partir de 3 de Janeiro de 2005.

5 de Janeiro de 2005. — O Presidente, *João C. Rosmaninho de Menezes*.

TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE GUIMARÃES

Despacho (extracto) n.º 2303/2005 (2.ª série). — Por meu despacho de 30 de Dezembro de 2004:

Sérgio Romeu Farinha Miranda Ferreira, motorista do quadro de pessoal da secretaria-geral das Varas e Juízos Cíveis do Porto, posicionado no escalão 2, índice 151 — nomeado motorista de ligeiros do quadro de pessoal do Tribunal da Relação de Guimarães, pas-

sando a auferir pelo mesmo escalão e índice. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas. Os encargos são suportados pelo Orçamento do Estado.)

30 de Dezembro de 2004. — O Presidente, *Lázaro Martins de Faria*.

TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE LISBOA

Despacho (extracto) n.º 2304/2005 (2.ª série). — Por meu despacho de 7 de Janeiro de 2005, determino que, nos termos do n.º 2 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, conjugado com a alínea *b*) do artigo 42.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, seja retirada da lista de classificação final, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 283, de 3 de Dezembro de 2004, a candidata Maria Teresa de Almeida Abreu Martins, por não ter comparecido para aceitação do lugar de assistente administrativo especialista, no quadro de pessoal do Tribunal da Relação de Lisboa.

10 de Janeiro de 2005. — O Presidente, *Manuel Augusto Moutinho da Silva Pereira*.

CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA

Rectificação n.º 162/2005. — Por ter saído com inexactidão a deliberação (extracto) n.º 493/2004, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 93, de 20 de Abril de 2004, rectifica-se que onde se lê «2 — Delegar competências no Presidente do Supremo Tribunal de Justiça e nos presidentes do Tribunal da Relação de Lisboa, do Tribunal da Relação do Porto, do Tribunal da Relação de Coimbra, do Tribunal da Relação de Évora e do Tribunal da Relação de Guimarães para a prática dos actos relativos a licenças, faltas e férias e para fixar o número e composição das sessões dos respectivos tribunais» deve ler-se «2 — Delegar competências nos presidentes do Supremo Tribunal de Justiça, do Tribunal da Relação de Lisboa, do Tribunal da Relação do Porto, do Tribunal da Relação de Coimbra, do Tribunal da Relação de Évora e do Tribunal da Relação de Guimarães para a prática dos actos relativos a licenças, faltas e férias e para fixar o número e composição das secções dos respectivos tribunais».

17 de Janeiro de 2005. — O Juiz-Secretário, *Paulo Guerra*.

TRIBUNAL CENTRAL ADMINISTRATIVO NORTE

Anúncio n.º 16/2005 (2.ª série). — Pelo presente anúncio faz-se constar que, por eleição realizada em 13 de Janeiro de 2005, foi eleito presidente do Tribunal Central Administrativo Norte o licenciado Lino José Baptista Rodrigues Ribeiro, juiz desembargador deste Tribunal (artigos 16.º e 37.º do Decreto-Lei n.º 129/84, de 27 de Abril, do ETAF). (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

14 de Janeiro de 2005. — O Presidente, *João António Valente Torrão*.

Anúncio n.º 17/2005 (2.ª série). — Pelo presente anúncio faz-se constar que, por eleição realizada em 13 de Janeiro de 2005, foi eleita vice-presidente da Secção do Contencioso Administrativo do Tribunal Central Administrativo Norte a licenciada Maria Isabel São Pedro Soeiro, juíza desembargadora deste Tribunal (artigos 16.º e 37.º do Decreto-Lei n.º 129/84, de 27 de Abril, do ETAF). (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

19 de Janeiro de 2005. — O Presidente, *João António Valente Torrão*.

Anúncio n.º 18/2005 (2.ª série). — Pelo presente anúncio faz-se constar que, por eleição realizada em 13 de Janeiro de 2005, foi eleito vice-presidente da Secção do Contencioso Tributário do Tribunal Central Administrativo Norte o licenciado José Maria Fonseca de Carvalho, juiz desembargador deste Tribunal (artigos 16.º e 37.º do Decreto-Lei n.º 129/84, de 27 de Abril, do ETAF). (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

19 de Janeiro de 2005. — O Presidente, *João António Valente Torrão*.